



FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Exame de ingresso - Especialização em Direito Processual Civil 2015

INSTRUÇÕES:

- A) Avaliação sem consulta à legislação ou qualquer outro material de apoio
- B) As alternativas escolhidas deverão ser assinaladas no gabarito ao final da prova
- C) O gabarito será divulgado, em 48 horas, no site da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP (FDRP-USP)

1. O Novo CPC disciplina, de modo genérico, a tutela da evidência (art. 311 da Lei 13.105/2015). Todavia, a questão não é estranha ao CPC/1973, que já tratava da questão de modo específico (embora sem o uso da nomenclatura "tutela da evidência"). Dos itens abaixo, assinale aquele que não corresponde a uma hipótese em que é cabível, em tese, tutela da evidência:

- a) ação monitória
- b) busca e apreensão do DL 911/69
- c) tutela antecipada do art. 273, I, do CPC (risco de dano grave ou de difícil reparação)
- d) tutela antecipada do art. 273, II, do CPC (abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu).

2. Considere as seguintes assertivas.

I. Prova de que o contrato a renovar tenha sido celebrado por escrito e com prazo indeterminado.

II. Prova de que o locatário esteja explorando seu comércio, no mesmo ramo pelo prazo mínimo e ininterrupto de três anos.

III. Prova da quitação dos impostos e taxas que incidiram sobre o imóvel e cujo pagamento incumbia ao locatário.

IV. Prova de que o fiador do contrato ou o que o substituir na renovação aceita os encargos da fiança, autorizado por seu cônjuge, se o exigir o regime de bens do casamento.

São requisitos a serem preenchidos por ocasião do ajuizamento de ação renovatória, entre outros, os que se afirmam em

- a) I, III e IV
- b) I, II e III
- c) II e III
- d) II, III e IV

3. A respeito do mandado de segurança, é correto afirmar:

- a) Cabe mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado, posto que não pode mais ser modificada por recurso previsto em lei.
- b) O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á decorridos 120 dias contados do ato impugnado.
- c) Cabe mandado de segurança contra parecer, quando proferido por autoridade no exercício de suas funções.
- d) A sentença que conceder o mandado de segurança, independentemente do valor da causa ou da condenação, fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, podendo, entretanto, ser executada provisoriamente.

4. No que concerne à substituição das partes e dos procuradores, é correto afirmar que

- a) a alienação de coisa litigiosa, a título particular, por ato *inter vivos*, altera a legitimidade das partes.
- b) a sentença, proferida entre as partes originárias, estende seus efeitos ao adquirente.
- c) o cessionário pode ingressar em juízo, substituindo o cedente, independentemente do consentimento da parte contrária.
- d) o adquirente não poderá intervir no processo na condição de assistente do alienante.



FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Exame de ingresso - Especialização em Direito Processual Civil 2015

5. Qual deverá ser o resultado de ação contendo pedidos cumulados, em que haja incompetência absoluta do Juízo para conhecer de um deles?
- O juiz suscitará conflito negativo de jurisdição.
 - Caberá à parte argüir exceção de incompetência declinatória do foro.
 - O juiz conhecerá apenas de um dos pedidos sujeitos à sua competência.
 - O juiz conhecerá de ambos os pedidos por prevenção de sua jurisdição.
6. Não se classifica como defesa processual:
- coisa julgada.
 - prescrição.
 - incompetência absoluta.
 - inépcia da inicial.
7. Das afirmações abaixo, 03 (três) são incorretas. Indique a correta.
- Na liquidação por artigos de sentença condenatória, é admissível discussão a respeito do *an debeatur*.
 - Admitem-se a liquidação civil e a execução provisória de sentença penal condenatória.
 - Do pronunciamento judicial que decide a liquidação cabe apelação.
 - Do requerimento de liquidação de sentença, que pode ser feito na pendência de recurso, a parte será intimada na pessoa do seu advogado.
8. Faça a correspondência e marque a alternativa que apontar a ordem obtida:
- Sentenças meramente declaratórias;
 - Sentenças condenatórias;
 - Sentenças constitutivas;
 - Sentenças executivas.
- () são as que reconhecem e impõe uma prestação, cujo descumprimento autoriza execução forçada.
- () são aquelas as proferidas quando o interesse do postulante limita-se à afirmação da existência ou inexistência de uma relação jurídica.
- () são as que autorizam a realização coativa, inclusive de ofício, de um direito legalmente certo, nos próprio processo de conhecimento
- () são as que, sem se limitarem à simples declaração de um direito, criam, modificam ou extinguem um direito ou uma relação jurídica.
- Alternativas:
- IV – III – I – II;
 - I – II – IV – III;
 - IV – I – II – III;
 - II – I – IV – III.
9. Acerca da audiência de conciliação prevista no art. 331 do CPC, é correto dizer que:
- É ela sempre obrigatória;
 - Deve ter, obrigatoriamente, a presença pessoal das partes;
 - Pode não ser realizada, em alguns casos, como as hipóteses de julgamento antecipado da lide.
 - Se confunde com a audiência de instrução e julgamento do feito, ocorrendo na mesma oportunidade.
10. Sendo o autor da herança estrangeiro, falecido no exterior, mas proprietário de um imóvel situado no território brasileiro, competente é
- a autoridade judiciária do país de origem do falecido para processar o inventário e a partilha de seus bens, inclusive daquele situado em território brasileiro, fazendo-se necessária a homologação da sentença que julgar a partilha, pelo Supremo Tribunal Federal.



FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Exame de ingresso - Especialização em Direito Processual Civil 2015

b) a autoridade judiciária do país onde tiver ocorrido o óbito do falecido para processar o inventário e a partilha de seus bens, inclusive daquele situado em território brasileiro, fazendo-se necessária a homologação da sentença que julgar a partilha, pelo Supremo Tribunal Federal.

c) a autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, para proceder ao inventário e à partilha do imóvel situado no território brasileiro.

d) o foro do último domicílio conhecido do autor da herança para proceder ao inventário e à partilha de todos os bens, móveis e imóveis, deixados pelo falecido, devendo a sentença que julgar a partilha ser levada à homologação pelo Supremo Tribunal Federal, relativamente ao imóvel situado em território brasileiro.

11. Assinale a alternativa incorreta:

a) pese o direito processual civil brasileiro adotar a regra da liberalidade das formas, o CPC/73 não admite, expressamente, a flexibilização judicial do procedimento, autorizando o juiz a, abstratamente, calibrar o procedimento às particularidades da causa.

b) a flexibilização judicial do procedimento, que é a regra do sistema, é empregada mediante fundamentação idônea, contraditório útil e finalidade própria (relacionada a particularidades subjetivas e objetivas da causa).

d) o padrão flexibilizador adotado pelo CPC/73 é o da flexibilização legal voluntária, através do qual as partes, mediante convenções, podem genericamente alterar o rito processual.

d) são conhecidos, apenas, 02 (dois) modelos de flexibilização do procedimento: judicial e voluntária.

12. Assinale a opção correta, no tocante às tutelas de urgência.

a) A medida cautelar de sequestro tem por finalidade garantir a penhora de bens para a futura execução por quantia certa.

b) A prova produzida em cautelar de produção antecipada de provas, devidamente homologada por sentença, continua válida mesmo que a ação principal não seja ajuizada dentro do prazo legal

c) A tutela antecipada, no caso de não haver controvérsia quanto à parcela dos pedidos, pode ser deferida de ofício pelo julgador.

d) De acordo com o entendimento sumulado do STJ, a falta de ajuizamento da ação principal no prazo decadencial de trinta dias não prejudicará o prosseguimento da ação cautelar, mas acarretará a perda da eficácia da liminar concedida.

13. Assinale a opção correta.

a) Em razão de não haver propriamente haja litígio entre os envolvidos, nos feitos de jurisdição voluntária o julgador não é obrigado a observar a legalidade estrita na apreciação do pedido.

b) Nos casos que envolvam jurisdição voluntária, o julgador apenas administra interesses privados e, por isso, não está sujeito às regras de suspeição ou impedimento.

c) O direito de retenção é exemplo de aplicação autorizada do equivalente jurisdicional denominado autocomposição.

d) Há possibilidade de os envolvidos na arbitragem escolherem a norma de direito material a ser aplicada na resolução do conflito, não podendo, todavia, ser convencionado que o julgamento se faça com base na equidade.

14. Assinale a alternativa incorreta, considerando as recentes súmulas do STJ em matéria processual:

a) Em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é indispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.



FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Exame de ingresso - Especialização em Direito Processual Civil 2015

- b) No seguro de responsabilidade civil facultativo, não cabe o ajuizamento de ação pelo terceiro prejudicado direta e exclusivamente em face da seguradora do apontado causador do dano.
- c) Na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios.
- d) São devidos honorários advocatícios no cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário, que se inicia após a intimação do advogado da parte executada.

15. Julgue as afirmações abaixo e, após, assinale a alternativa correta correspondente.

I. Enquanto a transação e a o reconhecimento jurídico do pedido são técnicas de solução dos conflitos, a conciliação e a mediação são os resultados do emprego dessas técnicas.

II. A autocomposição pode ocorrer através da transação, reconhecimento jurídico do pedido ou renúncia ao direito em que se funda a ação.

III. Técnicas como inversão de papéis, sumarização retrospectiva positiva, separação de pessoas dos problemas, entre outras, são típicas da mediação, embora também utilizáveis na conciliação

IV. A avaliação neutra de terceiro é uma técnica através da qual as partes recebem, em caráter reservado, a avaliação de um terceiro sobre o possível resultado da solução do conflito.

- a) todas as alternativas estão corretas
- b) as alternativas I, II e III estão corretas
- c) as alternativas II, III e IV estão corretas
- d) as alternativas I e IV estão corretas

16. Sobre a coisa julgada no processo coletivo, assinale a alternativa incorreta;

a) a coisa julgada no processo coletivo para a tutela dos direitos individuais homogêneos é *in utilibus* e *secundum eventum litis*, de modo que tirante a hipótese do art. 94 do CDC (em que o particular intervém como assistente/litiscorsorte do autor coletivo), a sentença proferida só fará coisa julgada se for procedente o pedido, caso em que as vítimas e sucessores poderão liquidá-la e executá-la em seu favor.

b) nas ações coletivas para a tutela dos direitos individuais homogêneos, prevalece o entendimento de que há coisa julgada se o pedido for julgado improcedente por falta de provas, não sendo possível, por conseguinte, a propositura de nova ação coletiva com base em prova nova, preservando-se, todavia, o direito à propositura de ações individuais.

c) embora a legislação estabeleça como condição para o transporte *in utilibus* da sentença coletiva, a prévia suspensão voluntária da ação individual concomitante de objeto correspondente, admite-se que o Judiciário determine a suspensão dos referidos processos individuais – em qualquer fase que estejam –, nos casos de ação coletiva estar pendente de apreciação no STJ.

d) prevalece na doutrina, e majoritariamente no âmbito da jurisprudência superior, o entendimento de que a limitação territorial da eficácia da sentença coletiva, prevista no art. 16 da Lei 7.347/85, é constitucional, de modo que a sentença coletiva só tem eficácia no âmbito da competência territorial do órgão prolator.

17. Julgue os itens a seguir, assinalando:

I) De acordo com entendimento sumulado do STJ, não são devidos honorários advocatícios à DP quando esta atuar em processo contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença. A referida Corte fixou entendimento recente, em consonância com a referida jurisprudência, de que são devidos honorários advocatícios sucumbenciais em favor da DP, quando se tratar de demanda ajuizada em face de ente federativo diverso do qual pertença.

II) Caso a parte apresente exceção de incompetência, o processo será suspenso na data em que a exceção for recebida pelo juiz, e não na data em que for oposta.



FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Exame de ingresso - Especialização em Direito Processual Civil 2015

III) O assistente simples pode adotar posição contrária à do assistido: por exemplo, se o assistido formular pedido de desistência da ação, poderá o assistente opor-se a tal requerimento.

IV) Em caso de incompetência do juízo, independentemente de sua natureza, o instrumento a ser utilizado para combatê-la é a oposição de exceção de incompetência.

Assinale:

- a) todas as assertivas estão corretas
- b) estão corretas, apenas, as assertivas I e II
- c) está correta, apenas, a assertiva I
- d) todas as assertivas estão incorretas

18. Não podem ser partes nos Juizados Especiais da Fazenda Pública

- a) como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas em lei.
- b) como autores, os incapazes.
- c) como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.
- d) como réus, as sociedades de economia mista cujo sócio majoritário seja o Estado, o Distrito Federal ou o Município.

19. Será competente para julgar originariamente MS em que figure como impetrado desembargador de tribunal de justiça estadual

- a) A o próprio tribunal de justiça estadual ao qual esteja vinculado o desembargador.
- b) o STJ.
- c) o TRF da respectiva região.
- d) o STF.

20. Com relação ao processo coletivo, assinale a opção correta:

- a) A efetivação dos direitos sociais que implique em uma prestação estatal submete-se a uma reserva do possível, cujo conteúdo, lato sensu, compreende tanto a capacidade do Estado de cumprir a obrigação como a razoabilidade da prestação exigida, em face do caso concreto.
- b) Caberá ação popular contra ato de conteúdo jurisdicional que ofender ao princípio da moralidade administrativa
- c) É facultado ao poder público habilitar-se como litisconsorte de qualquer das partes na ação civil pública
- d) É permitida transação, acordo ou conciliação nas ações de improbidade administrativa, quando o dano causado ao erário for ressarcido.